

1) Demandante: Érico Carmo

Manifestação 1:

Os impactos advindos da mineração são irreversíveis, fauna flora, recursos hídricos, áreas de recarga, lençol freático do grupo Cauê, nascentes, paisagem, qualidade do ar, riscos de vida, tudo será afetado, em detrimento de uma exploração aniquiladora e de poder econômico, sem que o mesmo seja devidamente compensado. O transtorno viário, então nem se comenta e não existe compensação ou ações mitigadoras que trariam algum benefício para Sabará. Não se tem benefícios.

Os conselhos ambientais locais também estão sendo coniventes com a liberação de licenças prévias sem a devida autorização, além de quase não existir fiscalização. Desta forma opino pelo Não a licença de operação.

Resposta 1:

A TAMISA agradece sua manifestação na Audiência Pública do seu empreendimento CMST. Diante da ausência de pergunta na sua colocação, esta Companhia vem expressar respeito ao seu ponto de vista, se reservando ao direito de discordar do mesmo, tendo em vista que todos os temas foram devidamente tratados no EIA.

Manifestação 2:

Agradeço pelo retorno às minhas observações e argumentação de opinião, na qual também discordo da resposta apresentada, uma vez que minha opinião é também um questionamento de defesa dos aspectos colocados no EIA.

Resposta 2:

Prezado Sr. Érico Luis Gomes, em complemento à resposta enviada pela TAMISA à sua manifestação, informamos que o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do CMST, e seu respectivo Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA) podem ser acessados no site da Companhia (www.tamisamineracao.com.br) e também no site da Audiência Pública (bit.ly/audiencia_taquaril).

2)Demandante: Adriano Henrique Zanon

Manifestação :

Gostaria de verificar se o empreendimento possui algum programa/incentivo de preferência para aquisição de Produtos/Serviços de Comércio e Profissionais das regiões próximas do Complexo?

Caso não, seria possível avaliarem a possibilidade de promover uma ação como essa? Com certeza uma ação como essa poderá ajudar no desenvolvimento das comunidades locais. Na oportunidade gostaria de consultá-los sobre os procedimentos necessários para cadastro de fornecedores.

Resposta 1:

A TAMISA agradece sua manifestação na Audiência Pública do seu empreendimento CMST. A Companhia dispõe de um Programa de Priorização de Mão de Obra local e de um Programa de Dinamização da economia local. Suas sugestões são relevantes e serão levadas em consideração pela empresa.

Resposta 2:

Prezado Sr. Adriano Henrique Zanon, em complemento à resposta enviada pela TAMISA ao seu questionamento, seguem algumas informações sobre os programas citados em nossa mensagem anterior:

Programa de Priorização de Mão de Obra Local

O Projeto Complexo Minerário Serra do Taquaril (CMST) se insere na região metropolitana de Belo Horizonte, ou seja, próximo a uma das maiores capitais do país, região com grande oferta de mão de obra, em diferentes níveis e especialidades e, em especial, com disponibilidade de mão de obra especializada em mineração. Diante dessa abundante oferta, é preciso criar meios e ações capazes de priorizar acesso aos trabalhadores situados nas comunidades de entorno do projeto e da sua área de influência direta – sobretudo Nova Lima (município receptor do empreendimento) e Sabará. Por conseguinte, também será considerado parte do município de Belo Horizonte, que teve suas regiões administrativas Centro-Sul e Leste incluídas na área de influência direta do empreendimento.

A implantação da Fase 1 está prevista para ocorrer ao longo de 6 meses, com a criação de cerca de 150 empregos diretos, sendo 97 postos na obra da estrada interna e outros 53 nas demais frentes de obra. O regime de trabalho durante as obras será de 03 turnos, com jornada de 08 horas.

A etapa de operação da Fase 1 está prevista para durar 04 anos, empregando um efetivo de 135 trabalhadores, sendo 11 administrativos e 124 alocados no setor operacional. O maior percentual de vagas geradas se concentra no setor de Operação da Mina (54%), com destaque para os cargos relacionados à operação de equipamentos.

Já a etapa de implantação da Fase 2 está prevista para ocorrer ao longo de 2 anos, com um pico de aproximadamente 1.000 trabalhadores (diretos). A etapa de operação irá durar 9 anos, com previsão de 442 postos de trabalhos diretos, sendo 59 em administração e finanças, 244 em operação de mina e apoio, e 139 na área de beneficiamento de minério. O maior percentual de vagas geradas se concentra novamente no setor de Operação da Mina (55%), também com destaque para os cargos relacionados à operação de equipamentos; porém com uma diversidade maior de cargos e funções, incluindo um novo setor de Operação e Beneficiamento, em que se destacam os cargos de Laboratorista, Operador e Ajudante.

Objetivos

O principal objetivo do Programa de Priorização e Qualificação da Mão de Obra é viabilizar mecanismos que priorizem a contratação de trabalhadores locais ao longo do processo de mobilização de colaboradores pela Taquaril Mineração e suas contratadas, durante as Fases 1 e 2 do empreendimento, priorizando o aproveitamento dos profissionais locais por meio de mecanismos desenhados para facilitar o acesso da população local às oportunidades de trabalho geradas nas fases de implantação e operação do projeto CMST. Os objetivos específicos são:

- Priorizar a mão de obra da área de influência direta do empreendimento, qual seja, os municípios de Nova Lima e Sabará, e regionais administrativas Centro-Sul e Leste de Belo Horizonte, nos processos de seleção de colaboradores.
- Divulgar as oportunidades de trabalho de forma antecipada e detalhada na área de influência direta do empreendimento, utilizando diferentes formatos de comunicação.
- Inserção nos contratos da Taquaril Mineração junto às suas contratadas da obrigatoriedade de priorização da mão de obra da área de influência direta do empreendimento, como critério de desempate nos processos de seleção.

Abrangência e Público-Alvo

O programa abrange a Área de Influência Direta do empreendimento (AID), que incluem as regionais administrativas Centro-Sul e Leste de Belo Horizonte e os municípios de Nova Lima e Sabará. O público-alvo deste programa são os moradores da área de influência direta do projeto CMST, com foco especial sobre as comunidades próximas ao empreendimento e mais diretamente sujeitas aos seus impactos e, dentre estas, aquelas de maior vulnerabilidade social. Entre tais comunidades citam-se os bairros Conjunto Taquaril, em Belo Horizonte, Paciência, em Sabará e Mina D'Água, em Nova Lima.

Ações e Métodos

O programa irá concentrar-se na priorização da mão de obra local nas etapas de implantação e operação, considerando-se as devidas proporções previstas para a Fase 1 e para a Fase II. Para esta última, a magnitude e a abrangência das ações devem estar em acordo com o quantitativo previsto no organograma de implantação e operação, ou seja, com a ampliação das ações e equipe de execução do programa em relação à Fase I.

DIVULGAÇÃO DAS VAGAS E PROCESSO DE SELEÇÃO

DIVULGAÇÃO E CADASTRAMENTO

Inicialmente será realizada divulgação das vagas ofertadas somente junto às comunidades de maior foco alvo programa, ou seja, aquelas de maior vulnerabilidade e sujeitas a interações diretas com o empreendimento, quais sejam, os bairros: Conjunto Taquaril, em Belo Horizonte, Paciência, em Sabará e Mina D'Água, em Nova Lima.

Nesse primeiro momento, poderão ser incluídas também outras comunidades próximas ao empreendimento, de modo a otimizar a logística de transporte. As vagas deverão ser divulgadas em interface com o Programa de Comunicação e Informação Socioambiental, com suporte dos meios de comunicação de abrangência local definidos no programa supracitado. A divulgação ocorrerá ainda por meio de comunicados institucionais junto às entidades de referência locais, como associações de moradores e outros grupos sociais organizados. Poderá ser realizada também por meio de informativos afixados em locais de grande circulação dessas localidades, como postos de saúde e centros comunitários. Eventualmente poderá ser realizada afixação de faixas informativas ou distribuição de panfletos nas localidades-alvo. As ações de comunicação e divulgação das oportunidades de emprego devem ocorrer antes do início das obras de implantação (período de pré-implantação). No segundo momento, a divulgação será realizada de maneira mais abrangente, incluindo outras localidades.

O cadastro deverá solicitar informações quanto ao grau de instrução formal do candidato e sua ausência não é necessariamente impeditiva da contratação, uma vez que inúmeras tarefas da construção civil não a requerem, mas é um indicativo importante para condução da seleção.

As informações obtidas no cadastro dos candidatos devem permitir identificar, pelo menos:

- Dados pessoais;
- Perfil e experiência profissional anterior;
- Escolaridade;
- Local de moradia e
- Vaga pretendida.

Sugere-se que sejam disponibilizados local para entrega de currículos, contatos telefônicos, e-mails e endereços eletrônicos para cadastramento de candidatos provenientes das localidades supramencionadas. Após o cadastramento, será elaborado um Banco de Currículos, de maneira que os candidatos sejam prontamente identificados segundo local de residência, competências e experiências profissionais.

SELEÇÃO

O processo será balizado pela contratação preferencial de trabalhadores locais que atendam aos requisitos próprios dos cargos a serem ocupados. Como a incorporação de mão de obra acontecerá em um processo gradativo, o processo de recrutamento para as obras de implantação ocorrerá antes daquelas voltadas à operação, com possibilidade de aproveitamento da mão de obra para a etapa subsequente, conforme avaliação de desempenho do contratado. Com apoio de uma equipe especializada, a seleção dos candidatos seguirá os seguintes critérios:

- Local de residência, com prioridade para candidatos residentes nas comunidades-foco do programa e área de AID do projeto, até que se atinja o mínimo estipulado de 60% do total de vagas.
- Levantamento do Perfil dos Candidatos;
- Classificação dos Candidatos;

Exame Médico Admissional.

Os candidatos serão informados quanto à duração prevista para as obras, sendo devidamente informados sobre o aspecto temporário das vagas ofertadas. Esse aspecto será reforçado pela equipe de Comunicação Social, que sempre esclarecerá as reais necessidades de mão de obra junto à população das localidades-alvo do programa. Recomenda-se o estabelecimento de convênio com agências recrutadoras e de apoio ao trabalhador, como o SINE (Sistema Nacional de Emprego), a fim de otimizar a seleção. A seguir são listadas as agências encontradas em alguns municípios-alvo do programa:

SINE - Agência Sabará

Endereço: R. Ver. José Vieira, nº 291 - Centro, Sabará - MG, 34505-435

Telefone: (31) 3672-7703

SINE - Agência Nova Lima

Endereço: Rua Chalmers, nº 88 - Centro, Nova Lima - MG, 34000-000

Telefone: (31) 3541-3369

Indicadores

- Participação relativa (%) de trabalhadores locais contratados em relação ao contingente total de trabalhadores empregados;
- Participação relativa (%) de trabalhadores locais ocupando cargos com requisição de menor escolaridade (médio e fundamental) e qualificação;

Medidas de Acompanhamento e Monitoramento

Deverão ser elaborados relatórios em que os resultados obtidos durante o período de execução do programa ficarão registrados, tanto para a Fase 1 quanto para a Fase 2. Os relatórios terão periodicidade semestral nas fases de pré-implantação e implantação, e anual durante os dois primeiros anos de operação.

Cada relatório, além de descrever e caracterizar as ações executadas no curso do período focalizado, deverá, por meio dos indicadores selecionados, demonstrar os resultados alcançados. O monitoramento, além de certificar a realização das atividades preconizadas, permite, por meio de indicadores, conhecer os resultados do programa e aferir o alcance de seus objetivos e metas.

Programa de Dinamização da Economia Local

A presença de empreendimentos minerários impacta e transforma a economia do município de inserção e demais localidades sob sua influência. Conseqüentemente, o seu fechamento cria uma série de repercussões socioeconômicas que precisa ser

tratada. De acordo com as diretrizes do Guia para Planejamento do Fechamento de Mina (IBRAM, 2013), durante todo o tempo de vida útil de um empreendimento em um município, é importante criar mecanismos que garantam a formulação e a implementação de um modelo de desenvolvimento local sustentável de longo prazo, fomentando alternativas de trabalho e renda, em conjunto com parcerias institucionais em cada localidade. Para isso, os objetivos estratégicos de longo prazo da empresa devem estar alinhados aos planos, atuais e futuros, de desenvolvimento local e regional (IBRAM, 2013, p.157).

Esse processo não deve prescindir da participação da sociedade civil, uma vez que ela é ator-chave para os processos de engajamento nas ações construídas. Além de gerar valor para a sociedade, essa postura, quando tomada pelo empreendedor, contribui para o legado positivo da empresa nos municípios inseridos em sua área de influência. O Programa de Dinamização da Economia Local pretende identificar cadeias produtivas locais, bem como oportunidades de atividades e negócios que contribuam para a diversificação econômica dos municípios sob influência direta do Projeto Complexo Minerário Serra do Taquaril (CMST), tendo como subsídio os estudos socioeconômicos, o levantamento de expectativas dos *stakeholders* e as potencialidades de desenvolvimento municipal identificadas.

Objetivos

- Contribuir para a diminuição da dependência econômica dos municípios da AID em relação ao empreendimento e à atividade minerária, minimizando os impactos que decorrerão de seu fechamento, sobretudo nos municípios de Nova Lima, local de inserção do empreendimento, e Sabará;
- Estimular o empreendimento de novos negócios com base nas vocações e atividades econômicas já estabelecidas e potenciais, privilegiando a formação de cadeias produtivas alternativas e a geração de postos de trabalho;
- Fomentar iniciativas individuais e coletivas para o desenvolvimento econômico local, que sejam alternativas às atividades ligadas à mineração, bem como em acordo com os arranjos produtivos locais e vocações econômicas de cada localidade.

Público-alvo

O público-alvo desse Programa inclui a população inserida na AID do empreendimento, qual seja: moradores dos municípios de Nova Lima, Sabará e as regiões administrativas Centro-Sul e Leste de Belo Horizonte. Cabe frisar que as ações serão focadas naquelas comunidades mais diretamente impactadas pelo projeto, bem como naquelas em situação de vulnerabilidade social. As ações envolvem, ainda, parceria com atores do poder público municipal e entidades do terceiro setor.

Abrangência

O Programa abrange toda a área de influência direta do projeto, a saber: municípios de Nova Lima e Sabará e as regiões administrativas Centro-Sul e Leste de Belo Horizonte.

Ações

- Formar equipe responsável para execução do programa em articulação com os diferentes públicos de interesse, atores do poder público local e entidades do terceiro setor;
- Identificar, selecionar e mobilizar instituições, organizações e grupos sociais que já executam projetos de desenvolvimento local, visando o estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento de atividades produtivas, com a geração de postos de trabalho e alternativas de fonte de renda;
- Executar e fomentar ações de fortalecimento da economia, alinhadas às políticas e programas de desenvolvimento econômico local, tanto no âmbito estadual quanto municipal;
- Fomentar e identificar novas cadeias produtivas em acordo com as vocações e potencialidades econômicas locais, visando também ao fortalecimento daquelas já existentes.

Aspectos Locais

A seguir são apresentados alguns aspectos socioeconômicos e políticas públicas de desenvolvimento econômico local, aderentes à proposta do programa. Nesse sentido, as ações desenvolvidas devem se alinhar a tais aspectos, buscando a sinergia com as iniciativas já desenvolvidas localmente.

Nova Lima

Zona Limpa de Desenvolvimento

A prefeitura de Nova Lima desenvolveu uma proposta de fomento à diversificação econômica da cidade, chamada de Zona Limpa de Desenvolvimento (ZLD). A ZLD consiste na divisão do município em diferentes polos de atuação, sendo eles: inovação e negócios digitais; economia criativa; biomedicina; biotecnologia e atividades mistas. A proposta consiste em um planejamento de médio e longo prazo, que faz parte do plano de governo, com objetivo de atrair empresas de alto valor agregado, com destaque para os negócios de inovação e tecnologia, que não gerem poluição, criem empregos e contribuam para a garantia de bem-estar, preservação e qualidade de vida¹.

A divisão foi baseada em um estudo aprofundado das particularidades econômicas e topográficas de cada região do município, e prevê estratégias de desenvolvimento e atração de investimentos. O planejamento foi feito com base nas características de cada região, aproveitando a vocação das empresas já instaladas, tipos de ocupação, investimentos futuros, legislação, estrutura viária e logística. Estão previstas parcerias com instituições de ensino e desenvolvimento científico, como a FIEMG e a Universidade Católica de Minas Gerais.

Sabará

Em Sabará foram identificadas, a partir de dados secundários, algumas possíveis entidades e associações com perfil aderente à proposta do Programa. São elas:

ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DO BAIRRO PACIENCIA E ADJACÊNCIAS

Endereço: Avenida Alberto Scharlet, nº. 2658 – Paciência – Sabará – MG – CEP: 34.535-100; Telefone(s): (31) 3671-4968

Atuação: Serviços culturais, sociais e luta por melhorias no bairro.

Fundação Educacional, Profissionalizante e Empresarial

Endereço: Avenida Albert Scharlet, nº. 1139 – Paciência – Sabará – MG – CEP: 34.535-100, Telefone(s): (31) 9132-3951 / E-mail: mozartmg@yahoo.com.br

Atuação: Consultoria, projeto social e pesquisas.

ADESS - Agência de Desenvolvimento Econômico e Social de Sabará

Endereço: Rua Marquês de Sapucaí, nº. 554 – Centro – Sabará – MG – CEP: 34.505-600; Telefone(s): (31) 3674-2814 / E-mail: adsabara@adsabara.org.br

Atuação: Plano municipal de qualificação de mão de obra, microcrédito para pequenas empresas, participação da mesa administrativa da Santa Casa de Sabará, trabalho em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento.

Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Sabará

Endereço: Rua Borba Gato, nº. 61 – Centro – Sabará – MG – CEP: 34.505-830; Telefone(s): (31) 3674-1826 / E-mail: acias-sabara@terra.com.br

Atuação: Suporte para os empresários, Serasa, SPC Brasil, palestras diversas.

ASPRUSA ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DE SABARA

Endereço: RUA PREFEITO VITOR FANTINI, 357,

Atuação: ATIVIDADES DE ASSOCIAÇÕES DE DEFESA DE DIREITOS SOCIAIS

ASSOCIACAO DE PRODUTORES DE DERIVADOS DA JABUTICABA DE SABARA - ASPRODEJAS

Endereço: RUA CARLINDO PINTO, 36, APT 301 - 34.505-400

Atuação: ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS LIGADAS À CULTURA E À ARTE

Associação dos Artesãos da Praça Santa Rita de Sabará

Endereço: Rua Borba Gato, nº. 03 – Centro – Sabará – MG – CEP: 34.505-830; Telefone(s): (31) 3671-2696

Atuação: Divulga os trabalhos dos artesãos; oferece cursos de capacitação e para a comercialização do trabalho dos associados.

Bairro Conjunto Taquaril

Já na regional leste de Belo Horizonte, destaca-se a comunidade do Taquaril, onde foram identificadas, a partir de dados secundários, algumas possíveis entidades e associações com perfil aderente à proposta do Programa. São elas:

ECOMPCD-TECA – Centro Comunitário Pró-Construção e Desenvolvimento do Taquaril

Endereço: Rua Nova Suíça nº. 75 - Conjunto Taquaril, CEP: 30290-300; Telefone(s): 3483-0865

Atuação: Defesa dos direitos da comunidade, moradia, infraestrutura urbana, saneamento básico, comunicação, saúde e educação.

Grupo Artesanal de Mulheres Ecumênicas do Taquaril – GAMET.

Endereço: Rua Pedro de Cintra, nº. 109 - Conjunto Taquaril - CEP: 30.290-060; Telefone(s): 3483-1064

Atuação: Oficinas de artesanato, pintura, música; grupo de 3ª idade – Melhor idade (bate papo livre).

Aliança Cultural Taquaril

Endereço: Rua Eldorado, nº. 50 - Conjunto Taquaril - CEP: 30.290-270; Telefone(s): 3487-0201

Atuação: Eventos culturais, palestras, debates e oficinas.

Cordialmente,

Taquaril Mineração S/A – TAMIS

3)Demandante: Ariadne Lima

Manifestação 1:

A audiência pública deveria ter sido feita em todas as localidades que serão impactadas. Foi feita uma única audiência para atender a todas as localidades. Isso inibe a participação popular pois as localidades têm particularidades diferentes. Deveriam cumprir o requisito processual da DN 225/18 do COPAM. Art. 5º. A Audiência Pública será realizada no município sede da atividade ou empreendimento ou em outro município, desde que abrangido por sua área de influência direta, tendo prioridade para escolha, o município onde os potenciais impactos ambientais forem mais significativos, conforme demonstrado pelos estudos ambientais apresentados.

§ 1º - O Presidente do COPAM ou o Secretário Executivo do COPAM determinará justificadamente e para atendimento de interesses da sociedade a realização de mais de uma audiência no caso previsto no caput deste artigo, em função da localização geográfica dos solicitantes, em razão da complexidade do tema ou da infraestrutura, segurança ou acesso ao público, hipótese em que serão ampla e previamente divulgadas e realizadas na forma do disposto nesta Deliberação Normativa. Vide parágrafo primeiro do artigo quinto da DN 225/18.

Resposta 1:

A TAMISA agradece sua manifestação na Audiência Pública do seu empreendimento CMST. Diante da ausência de pergunta na sua colocação, esta Companhia vem expressar respeito ao seu ponto de vista, se reservando ao direito de discordar do mesmo, tendo em vista que todos os temas foram devidamente tratados no EIA.

Resposta 2:

Prezada Sra. Ariadne Lima, em complemento à resposta enviada pela TAMISA à sua manifestação, informamos que o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do CMST, e seu respectivo Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA) podem ser acessados no site da Companhia (www.tamisamineracao.com.br) e também no site da Audiência Pública (bit.ly/audiencia_taquaril).

4)Demandante: Salatiel Ramos Ribeiro

Manifestação:

Segundo a ANA (Agência Nacional de Águas), a mineração ocupa o 6º lugar no uso da água no Brasil com 0,8%. Esse número representa um volume ínfimo, principalmente quando se comparado com outros seguimentos como agricultura (67,2%), pecuária (11,1%), indústria (9,5%), abastecimento urbano (8,8%). Esses números oficiais nos levam a repensar onde é que deve haver uma maior concentração no esforço da gestão dos recursos hídricos.

O desenvolvimento do país é necessário e a otimização da utilização dos recursos naturais não renováveis também o são. Devemos repensar por que um país com 210 milhões de habitantes, que produz alimento para um bilhão e quinhentos milhões de pessoas e ainda faz plano para dobrar a produção agrícola até 2035; um país que tem cidadãos coletando restos de alimentos em caminhões de lixo, pede para a população economizar água e culpa a mineração de gasto excessivo de água. No momento em que as minerações têm revisado seus processos com o desenvolvimento do beneficiamento a seco e concentração magnética, é preciso que a sociedade repense quais seguimentos são os verdadeiros vilões da questão ambiental no Brasil.

Uma vez que a atividade de mineração trata-se de uma concessão para exploração de recurso mineral não renovável, quais são as contrapartidas que o Projeto CMST dará para a sociedade, a população do entorno da mineração, para o município, o estado e o país?

Além da CFEM, há projetos educacionais voltados para a capacitação da mão de obra local?

Há projetos ambientais para a preservação das reservas florestais para a produção de águas no entorno, no município e no Estado?

Resposta 1:

A TAMISA agradece sua manifestação na Audiência Pública do seu empreendimento CMST. Os temas abordados por V.Sa. são tratados no Capítulo 15.3 do EIA, que pode ser acessado no site tamisamineracao.com.br.

Resposta 2:

Prezado Sr. Salatiel Ramos Ribeiro, em complemento à resposta enviada pela TAMISA ao seu questionamento informamos que o Projeto CMST conta com programas relativos ao meio socioeconômico, os quais foram concebidos a partir da análise dos impactos indicados neste estudo e devem ser implantados no Complexo Minerário Serra do

Taquaril, visando a mitigação de impactos negativos e intensificação de ações positivas, a integração de ações relacionadas ao meio socioeconômico e cultural, envolvendo a participação da população em todo processo. São eles:

Plano de Comunicação e Informação Socioambiental

A implantação das estruturas que compõem o Projeto CMST irá introduzir mudanças no território, tanto em termos operacionais, quanto em relação aos aspectos de uso e ocupação, meio ambiente e paisagem. No intuito de estabelecer uma comunicação eficaz e contínua com a população, informando sobre mudanças oriundas das obras e esclarecendo dúvidas, será desenvolvido o Plano de Comunicação e Informação Socioambiental. Esse plano deve levar em conta as particularidades do Projeto CMST, bem como sua inserção e repercussões sociais, ambientais e econômicas na região.

As ações serão voltadas para o esclarecimento e informação das atividades acerca da obra, principalmente no que tange às medidas de controle ambiental adotadas por conta da implantação das estruturas em licenciamento. Dentre as informações divulgadas estão suas características básicas, como aspectos da operação, vagas de emprego e o esclarecimento de dúvidas quanto à atuação do empreendedor na região.

Além disso, as ações também terão por objetivo compreender, de maneira dinâmica, como o empreendimento tem afetado a comunidade e estar aberto a ouvir suas necessidades, anseios e reclamações. Tendo em mente que é apenas na troca que se estabelece a comunicação, e que as relações precisam se estabelecer de modo dinâmico e contínuo, o plano de comunicação deve ter sempre diante de si o intuito não apenas de levar a informação, mas também de estabelecer meios para recebê-la.

Cabe ressaltar que a AID do projeto compreende uma população severamente impactada por outros empreendimentos da área de mineração. Nesse contexto, estabelecer laços de confiança e troca pode tornar-se desafiador. Sendo assim, é especialmente importante o estabelecimento de uma comunicação transparente e de fácil acessibilidade para a construção de uma imagem distinta da empresa e de um relacionamento saudável com a população, evitando crises futuras. É central que a comunicação se estabeleça com a premissa da troca e não apenas da informação unilateral entre empreendedor e população.

Esse Plano tem por objetivo manter informados o público interno e as comunidades da Área de Influência Direta a respeito da realização das obras e das mudanças decorrentes da instalação do empreendimento. Além disso, o plano também visa estabelecer caminhos para que a população possa informar a empresa acerca de seus pontos de conflito e de satisfação, de modo a estabelecer caminhos de comunicação transparentes e contínuos.

Um foco especial com comunicação direcionada deve ser também dado às comunidades inseridas na área de entorno da ADA do Projeto CMST, definida no âmbito do diagnóstico socioeconômico do presente EIA.

O Plano tem como objetivos específicos:

- Divulgar informações básicas a respeito do projeto e eventuais mudanças decorrentes dele;

- Divulgar informações sobre a geração de empregos e a qualificação necessária para ocupar as vagas;
- Divulgar informações voltadas para a valorização e divulgação do acervo histórico e paisagístico das localidades próximas ao empreendimento e sua importância para a comunidade local;
- Apoiar e estabelecer interface com as ações dos demais programas de socioeconomia que serão propostos a seguir;
- Estabelecer um espaço de transparência e diálogo aberto, para que a comunidade e público interno tenham acesso às informações acerca do empreendimento e possam ao mesmo tempo repassar suas impressões para este;
- Promover campanhas de prevenção e educação acerca de Saúde e Segurança, tanto para colaboradores diretos e terceirizados, quanto para a comunidade do entorno, visando a difusão de práticas de prevenção de acidentes. Entre os temas a serem tratados está a segurança nas vias de acesso ao empreendimento.

Programa de Educação Ambiental

A implantação do Projeto CMST irá provocar transformações no meio ambiente, alteração da paisagem, gerando impactos socioeconômicos, físicos e bióticos. Por se tratar de uma região na qual se inserem algumas áreas de interesse ambiental local e regional próximas à área do Projeto CMST, bem como diversos recursos faunísticos, florísticos e hídricos associados, torna-se necessário a sensibilização dos grupos sociais relacionados ao empreendimento, de forma a orientá-los quanto à melhor maneira de contribuir para a eliminação ou mitigação dos impactos negativos, bem como em relação à potencialização dos positivos.

Neste contexto foi elaborado o Programa de Educação Ambiental pela empresa Ângulo Social, de forma a atuar como instrumento de gestão social e ambiental integrado à Política de Responsabilidade Socioambiental da Taquaril Mineração e fundamentado no diálogo entre comunidade local, empregados e contratados, integrando o público interno e externo do projeto.

O Programa de Educação Ambiental (PEA), incluindo os resultados da execução do Diagnóstico Socioambiental Participativo (DSP), propõe a execução das atividades de educação ambiental alinhadas à DN do COPAM nº 214 de 26 de abril de 2017, no âmbito dos processos de licenciamento ambiental no estado de Minas Gerais que dispõe das obrigações legais para requerimento da Licença Ambiental de empreendimentos considerados como causadores de significativo impacto ambiental e/ou passíveis de apresentação de Estudo e Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA.

Programa de Monitoramento dos Indicadores Socioeconômicos

A instalação e a operação de empreendimentos de grande porte alteram a dinâmica socioeconômica da região em que se inserem, devido a fatores sinérgicos, como o potencial de desenvolvimento econômico ocasionado pela injeção de recursos na economia e a possibilidade de incremento do fluxo migratório, por conta das expectativas de oportunidades de emprego e da melhoria de condições socioeconômicas, proporcionadas pelo desenvolvimento dos setores produtivos.

Como exposto no capítulo de avaliação de impactos no EIA, o Projeto CMST apresenta potencial para ocasionar impactos socioeconômicos positivos e negativos e, portanto, é importante monitorar indicadores relacionados ao meio socioeconômico e cultural dos municípios e localidades onde se localiza, para identificar e caracterizar esses impactos sobre a região, subsidiando o planejamento de ações para nela controlar e mitigar as interferências do projeto.

No caso específico desse Projeto é importante ter em mente que ele se localiza em meio a outros empreendimentos que já suscitaram diversos conflitos com a população local. Sendo assim, é preciso monitorar como o empreendimento tem impactado seu entorno e como o tem transformado.

O principal objetivo deste programa é monitorar os aspectos da dinâmica socioeconômica da área de influência do projeto, de modo a compreender as eventuais alterações e seus elementos causadores, para apoiar a potencialização de fatores positivos e a mitigação dos negativos, decorrentes da presença do empreendimento na região.

Os objetivos específicos do programa são:

- ☐ Definir, com base na avaliação de impactos apresentada no EIA, os indicadores a serem monitorados na área de influência direta do empreendimento;
- ☐ Realizar o monitoramento periódico dos indicadores selecionados, identificando as possíveis variações associadas ao empreendimento, tomando como referência inicial o diagnóstico socioeconômico do EIA do empreendimento; e
- ☐ Definir, com base nos resultados do monitoramento, ações e procedimentos que potencializem os efeitos positivos e minimizem os efeitos negativos decorrentes do empreendimento.

No que tange à preservação de florestas, o projeto contará com:

Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)

O Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) apresenta as atividades referentes à recuperação das áreas degradadas, considerando o papel fundamental que a cobertura vegetal ocupa no contexto de reabilitação ambiental e ecológica das áreas interferidas, destacando-se: atividades a serem desenvolvidas anteriormente e conjuntamente à supressão vegetal, os planos de recuperação, a recuperação em si e o monitoramento das áreas a serem recuperadas.

Contudo, além da revegetação, outras ações serão necessárias, destacando-se a disponibilidade de atrativos para a fauna, a reconformação das superfícies do terreno, a drenagem superficial, assim como a adubação e preparação do solo previamente à revegetação, criando melhores condições para o estabelecimento das espécies vegetais utilizadas.

De acordo com o Decreto Nº. 97.632, de 10 de abril de 1989, quando da apresentação do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e do Relatório de Impactos ao Meio Ambiente - RIMA, deverá ser submetido à aprovação do órgão ambiental competente um Plano de Recuperação de Áreas Degradadas. A Instrução Normativa do IBAMA nº 04/2011, por sua vez, estabelece procedimentos para elaboração de Projeto de Recuperação de Área

Degradada - PRAD ou Perturbada, para fins de cumprimento da legislação ambiental, bem como apresenta Termo de Referência que estabelece diretrizes e orientações técnicas voltadas à apresentação de PRADs.

No âmbito do estado de Minas Gerais, a Deliberação Normativa COPAM nº 220, de 21 de março de 2018, estabelece diretrizes e procedimentos para a paralisação temporária das atividades minerárias e o fechamento de mina, assim como estabelece, sob a forma de um Termo de Referência, critérios para elaboração e apresentação de Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) e outros documentos relativos ao fechamento de mina e paralisação de atividades minerárias. Este Termo de Referência, conjuntamente ao apresentado pela Instrução Normativa IBAMA nº 04/2011, constituiu o principal parâmetro orientativo utilizado como base para elaboração do PRAD.

O PRAD tem como objetivo a recuperação das áreas afetadas pela supressão vegetal necessária para implantação do Projeto CMST, com vistas à recuperação dos ambientes, minimizando a ação de agentes erosivos, mesmo que em baixa escala, considerando-se as intervenções pontuais associadas às medidas de controle dessas atividades.

Plano de Fechamento de Mina

A necessidade dos empreendimentos de mineração em promover a recuperação ambiental das áreas degradadas por suas atividades é obrigação constitucional no Brasil e já se encontra regulamentada em vários dispositivos da legislação federal, há pelo menos duas décadas. Mais recentemente, planos de fechamento de minas passaram a ser também um requisito da legislação brasileira e uma demanda importante de nossas instituições governamentais e dos gestores de organizações de um modo geral.

Entendidos como instrumentos integráveis, os planos de fechamento e o plano de recuperação de áreas degradadas são elaborados para planejar a desativação do empreendimento, visando, sobretudo, anular ou minimizar o passivo ambiental gerado durante as etapas de implantação e de operação. Trata-se de um planejamento estratégico e de longo prazo, que deve visar, inclusive, as oportunidades para a etapa de pós fechamento, com minimização de passivos e maximização de ativos, considerando o cenário mais provável em termos ambientais e socioeconômicos. Além disso, o adequado descomissionamento de um empreendimento reduz a exposição da empresa a riscos de ações judiciais e o potencial de danos à sua imagem.

Este programa tem o objetivo de garantir que as ações de encerramento do Projeto CMST estejam estabelecidas, estudadas e custeadas à época do fechamento do empreendimento. Além disso, o programa visa atender às exigências das normas e leis que versam sobre a necessidade de unidades minerárias manterem um Plano de Fechamento.

O programa visa fornecer diretrizes que irão orientar os procedimentos para orientar as etapas de operação, pré-fechamento, fechamento e pós-fechamento da mina em questão, abrangendo as necessidades de ações para que sejam alcançadas as estabilidades física, química, biológica e socioeconômica relativas ao evento de encerramento do Projeto CMST.

Plano de Compensação Ambiental

Programa de Compensação Ambiental pelo SNUC

A instalação do Projeto CMST promoverá impactos ambientais adversos irreversíveis não mitigáveis, os quais serão gerados, principalmente, pela remoção da cobertura vegetal de ambientes nativos na etapa de implantação das Fases 1 e 2 do empreendimento.

Assim, frente aos impactos irreversíveis e não mitigáveis, ações que visam à compensação ambiental constituem uma obrigação prevista na legislação em âmbito estadual e federal para empreendimentos de significativo impacto ambiental.

Diante das premissas dos órgãos reguladores oficiais, em âmbito estadual e federal, o objetivo do Programa de Compensação Ambiental pelo SNUC é estabelecer as diretrizes para a aplicação dos recursos financeiros visando à compensação ambiental decorrente dos impactos causados pela implantação do Projeto CMST.

Programa de Compensação Florestal - Empreendimento Minerário

A instalação do Projeto CMST promoverá impactos ambientais adversos irreversíveis não mitigáveis, os quais serão gerados, principalmente, pela remoção da cobertura vegetal de 41,27 hectares (cerca de 32,52%) de ambientes nativos durante a implantação da Fase 1 empreendimento e 58,44 ha (cerca de 46,05%), totalizando 99,71 ha (78,57%). Considerando os 126,89 ha da ADA do empreendimento, 5,98 ha se referem a intervenções em Áreas de Preservação Permanente (APPs), sendo 5,69 ha referentes a Fase 1 e 0,29 ha adicionais durante a Fase 2.

Assim, frente aos impactos irreversíveis e não mitigáveis, ações que visam a compensação ambiental constituem uma obrigação prevista na legislação em âmbito estadual e federal para empreendimentos de significativo impacto ambiental.

Diante das premissas dos órgãos reguladores oficiais, o objetivo do presente Programa de Compensação Florestal é contrabalançar os impactos irreversíveis sobre o meio biótico, garantindo a conservação de remanescentes de vegetação natural na região onde se pretende implantar o empreendimento.

Por fim, em relação às águas, o Projeto CMST não contemplará rebaixamento do nível d'água, o que faz com que seja pequeno o impacto ambiental sobre os aquíferos, principalmente quando se compara com outros empreendimentos minerários do mesmo porte onde se promove o rebaixamento do nível d'água.

5)Demandante: Daniela da Silva Cordeiro

Manifestação:

No que se refere a hidrogeologia. (1) Como o empreendedor explica a opção de não realização de uma modelagem numérica para simulação dos cenários para os impactos sobre a recarga dos aquíferos e dinâmica da água subterrânea, classificados como insignificantes e de baixa significância no projeto? Considerando que modelagens foram realizadas para o ar e ruído.

(2) Quais as informações, disponibilizadas no EIA que permitem subsidiar a afirmação de que as cavas não atingirão o lençol freático? (Considerando toda área de interesse hidrogeológico e a rede de monitoramento instalada (piezômetros).)

(3) Na opinião do empreendedor as caracterizações e avaliações dos impactos sobre os aquíferos são satisfatórias do ponto de vista técnico?

Resposta 1:

(1) As modelagens numéricas hidrogeológicas são feitas para simular o efeito do rebaixamento do nível d'água sobre o meio ambiente e tem como "inputs" as vazões bombeadas em poços para promover o rebaixamento. Como não haverá rebaixamento do nível d'água no projeto em licenciamento, não cabe a realização de modelo numérico. (2) As informações sobre a não necessidade de rebaixamento do nível d'água são encontradas nos capítulos 10.1.9.2.4 - Informações sobre o nível d'água subterrâneo e 12.2.2.7 do EIA. (3) Os estudos hidrogeológicos apresentados no EIA foram feitos com as melhores práticas a nível mundial e atendem perfeitamente aos objetivos do EIA.

Resposta 2:

Prezada Sra. Daniela da Silva Cordeiro, em complemento à resposta enviada pela TAMISA ao seu questionamento enviamos as seguintes considerações:

- 1 Quanto às modelagens numéricas hidrogeológicas, informamos que as mesmas somente são utilizadas para os estudos de rebaixamento de nível d'água, o que não se aplica ao projeto CMST.
- 2 No capítulo 10.1.9.2.4 do EIA, constam as informações sobre o nível d'água subterrâneo na região do depósito mineral e de seu entorno. Essas informações foram baseadas em estudos hidrogeológicos detalhados, com monitoramento do nível de água subterrâneo com mais de sete anos de dados contínuos, que nos permitem conhecer a sua profundidade, bem como taxas de variação anuais e plurianuais. O Prognóstico Ambiental do Projeto CMST, onde são definidos os limites das áreas geográficas a serem direta e indiretamente afetadas pelos impactos, denominadas áreas de influência dos impactos do empreendimento, é apresentado no capítulo 12 do EIA. Dentro desse capítulo, o prognóstico sobre o sistema hidrogeológico (águas subterrâneas) é apresentado no tópico 12.2.2.7

do EIA. Nesse tópicos são avaliadas as interferências de todos os elementos do projeto – cavas, estradas, pilhas de estéril e pátios – sobre o sistema hidrogeológico subterrâneo, onde se conclui pela não necessidade de rebaixamento do nível d'água para o desenvolvimento das cavas, tendo em vista que as mesmas estão acima do nível d'água subterrâneo.

- (1) No que tange à qualidade dos estudos sobre o tema, o conhecimento, hoje elevado, da hidrogeologia do Quadrilátero Ferrífero (Q.F.) está intrinsecamente relacionado ao desenvolvimento dos projetos de extração de minério de ferro ali existentes. Os grandes projetos de extração de minério de ferro no Brasil tiveram início quase que simultaneamente, no período de meados da década de 1960 a meados da década de 1970 (Amorim 2006). Àquela época, desconhecia-se o fato de que a Formação Cauê, hospedeira do minério de ferro, é também um aquífero. A partir do início da década de 1980, com o aprofundamento das cavas, muitas minas atingiram o nível d'água. Num primeiro momento, a drenagem destas minas se deu por gravidade, através de canaletas. Na ocasião, iniciaram-se os estudos hidrogeológicos para a solução do que era, então, um problema para a mineração: a presença de água nas frentes de lavra. Em meados da década de 1980, iniciou-se o processo de rebaixamento do nível d'água das minas através de poços tubulares profundos (Bertachini, 1994). A “descoberta” de que o minério de ferro se constituía num aquífero desencadeou um processo crescente de percepção social que foi a tônica dos anos 1990: a suspeita de que a mineração de ferro estaria comprometendo os recursos hídricos. Este processo fez com que os estudos hidrogeológicos, antes restritos ao âmbito das minas, fossem estendidos às áreas do seu entorno com o objetivo de se verificar possíveis impactos ambientais. Com o desenvolvimento da legislação ambiental, estudos hidrogeológicos prévios englobando toda a área de influência dos projetos passaram a ser exigidos pelos órgãos ambientais no processo de licenciamento dos novos empreendimentos mineiros. Estes estudos, desenvolvidos ao longo dos últimos 25 anos, constituem-se na fonte de dados e informações para o conhecimento científico do sistema hidrogeológico atuante no Q.F.. No início dos anos 2000, a indústria de minério de ferro entra numa nova fase que corresponde aos primeiros processos de exaustão das minas abertas na década de 1970, com a inundação de algumas das cavas, gerando lagos profundos. Detalhados estudos foram desenvolvidos no sentido de se integrar estes lagos a um uso futuro ambientalmente adequado, mantendo a boa qualidade de suas águas. Assim, o conhecimento adquirido nestes estudos nos permite conhecer muito bem a hidrogeologia do Q.F. e a interface entre as atividades de lavra de minério de ferro e os recursos hídricos. Com base nesse conhecimento adquirido, os estudos hidrogeológicos do Projeto CMST apresentados no EIA foram feitos com as melhores práticas a nível mundial e atendem perfeitamente aos objetivos do EIA.

6)Demandante: Joana Souza

Manifestação:

Boa noite! Pergunta para o Sr. Daniel.

É público que nós estamos vivendo uma crise hídrica! Esse território está passando por tombamento estadual! O que nós moradores do entorno vamos ganhar com esse projeto CMST? Art. 10. O tombamento dos bens, a que se refere o art. 6º desta lei, será considerado provisório ou definitivo, conforme esteja o respectivo processo iniciado pela notificação ou concluído pela inscrição dos referidos bens no competente Livro do Tombo. Parágrafo único. Para todos os efeitos, salvo a disposição do art. 13 desta lei, o tombamento provisório se equipara ao definitivo. (Grifos nossos). A partir da do início do processo administrativo de tombamento já se configura o tombamento provisório, sua eficácia está estabelecida, assim como as restrições sobre o uso do imóvel. Nesse sentido a jurisprudência do eg. STJ, em relação ao tombamento provisório de imóveis no Município de Belo Horizonte/MG, cujo processo administrativo de tombamento já havia sido iniciado: STJ - PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA Nº 3480 - MG (2021/0193911-2).

Resposta 1:

Prezada Sra. Joana Souza, agradecendo a sua participação na Audiência Pública do Projeto CMST, apresentamos abaixo, resposta à sua manifestação:

O empreendimento se localiza exclusivamente no Município de Nova Lima, e, portanto, fora da área do tombamento municipal de Belo Horizonte. Assim, a TAMISA informa que não há tombamento do imóvel onde está localizado o Projeto CMST.

Resposta 2:

Prezada Sra. Joana Souza, em complemento à mensagem enviada anteriormente, reiteramos que o empreendimento CMST se localiza exclusivamente no município de Nova Lima, portanto, fora da área do tombamento municipal de Belo Horizonte. Portanto, as estruturas do Projeto CMST não se inserem em áreas de tombamento municipal ou federal. Por fim, não há tombamento estadual “desse território”.

Em relação a segunda parte de sua pergunta: “o que os moradores do entorno irão ganhar com o Projeto CMST”, entendemos que a implantação de um novo projeto desse porte deve contribuir com as comunidades ao entorno. Seja através da oferta de mão de obra e sua qualificação (a Companhia dispõe de um Programa de Priorização de Mão de Obra local e de um Programa de Dinamização da economia local), seja através da construção de estrada pública estadual, como apresentada na Audiência Pública, seja através da busca para atingir todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela ONU até 2030, que também foi apresentado na Audiência Pública.